

ENSINO HÍBRIDO E O AVANÇO DO NEOLIBERALISMO: REFLEXÕES A PARTIR DE UM MAPEAMENTO DAS PRODUÇÕES E MATERIAIS DE ANÁLISE

BLENDED LEARNING AND THE ADVANCE OF NEOLIBERALISM: REFLECTIONS FROM A MAPPING OF PRODUCTIONS AND ANALYSIS MATERIALS

Aline Gonçalves de Moura **1**
Simone Gonçalves da Silva **2**

Resumo: O artigo problematiza o ensino híbrido e sua relação com o contexto educacional pandêmico e pós-pandêmico em um cenário permeado pelo avanço do neoliberalismo sobre a educação. Para tanto, o estudo de abordagem qualitativa apresenta as discussões oriundas do levantamento bibliográfico inicial das produções relacionadas à temática do ensino híbrido e algumas inferências sobre elas, assim como também apresenta parte das discussões relacionadas ao levantamento de materiais que integram o corpus documental da pesquisa desenvolvida no mestrado. Neste sentido, o trabalho identifica que o ensino híbrido não só configura um campo de disputa em torno das terminologias e processos de ensino e aprendizagem, mas também se constitui como oportunidade de influência das redes políticas em educação. O ensino híbrido, que vem se conformando enquanto uma estratégia de racionalidade neoliberal, demonstra fortemente como uma solução educativa se relaciona com a lógica empresarial.

Palavras-chave: Ensino Híbrido. Pandemia. Práticas Educativas. Neoliberalismo.

Abstract: The article problematizes blended learning and its relationship with the pandemic and post-pandemic educational context in a scenario permeated by the advance of neoliberalism on education. To this end, the qualitative study presents discussions arising from the initial bibliographical survey of productions related to the theme of blended learning and some inferences about them, as well as presenting part of the discussions related to the survey of materials that make up the documentary corpus of the research developed in the master's degree. In this sense, the work identifies that blended learning not only constitutes a field of dispute around teaching and learning terminologies and processes but also constitutes an opportunity for influence by political networks in education. Blended learning, which has emerged as a strategy of neoliberal rationality, strongly demonstrates how an educational solution relates to business logic.

Keywords: Blended Learning. Pandemic. Educational Practices. Neoliberalism.

-
- 1** Mestre em Educação (UFPel), graduada em História – Licenciatura (FURG) e em Ciências Sociais – Bacharelado (UFPel). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0578700202309692>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-8473-8243>. E-mail: alinegdemoura@gmail.com
 - 2** Doutora em Educação (UFPel), mestre em Educação (UFPel) e graduada em Pedagogia (FURG). Atualmente é Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6170208004906513>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5159-2454>. E-mail: silva.simonegon@gmail.com

Introdução

O presente estudo consiste em um recorte da dissertação¹ desenvolvida na área da educação, que teve como temática o ensino híbrido e a sua compreensão enquanto uma estratégia de racionalidade neoliberal. A investigação desenvolvida na dissertação teve como ponto de partida o contexto educacional vivenciado pela COVID-19, no qual o ensino híbrido surge como uma das alternativas para o prosseguimento dos processos educativos. Conforme pode ser verificado no Parecer CNE/CP nº 11 de 07 de julho de 2020 que trata das “Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia”, ao indicar o ensino híbrido como uma das alternativas ao desenvolvimento dos processos educacionais (Brasil, 2020).

Este trabalho aborda o ensino híbrido e sua relação com o contexto educacional pandêmico e pós-pandêmico como temática de investigação. O artigo em questão tem como objetivo apresentar as discussões oriundas do levantamento bibliográfico inicial das produções relacionadas à temática e algumas inferências sobre elas, assim como também apresentar parte das discussões relacionadas ao levantamento de materiais que integram o *corpus* documental, que constituem o percurso metodológico desenvolvido na pesquisa já referida.

A realização da pesquisa bibliográfica, que ao possibilitar a construção do mapeamento sobre o tema, se justifica, uma vez que concede uma visão ampla em que se observam as lacunas, os avanços, as contradições, as diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, que caracterizam as possíveis abordagens sobre a temática do ensino híbrido

O levantamento bibliográfico consiste, assim, na identificação e/ou coleta de publicações relacionadas a uma determinada temática. Comumente, é realizado em bases de dados ou outras fontes de informação. Ele pode ser o princípio de uma pesquisa, pois permite que se aproxime do conhecimento que está sendo produzido e registrado pelos pesquisadores que se associe a ela. Nesse sentido, para se tratar de um determinado tema é preciso saber o que as demais pesquisas comunicam.

Para Vosgerau e Romanowski (2014, p. 174), o levantamento, ou seja, “[...] as revisões de mapeamento têm como finalidade central levantar indicadores que fornecem caminhos ou referências teóricas para novas pesquisas. [...]”. A relevância desse mapeamento apresenta uma finalidade intrínseca, e o acesso a esses estudos contribui na formação do pesquisador quando este analisa as pesquisas levantadas, permitindo que ele além de desenvolver criticidade metodológica identifique lacunas na sua própria pesquisa (Vosgerau; Romanowski, 2014). A realização desse mapeamento parcial, a partir da realização de levantamentos em bases de dados, acabou perfilando uma etapa importante para o recorte e definição do objeto de pesquisa, também contribuindo para a construção da problemática e definição dos objetivos que pretendiam ser alcançados com o seu desenvolvimento.

Com relação ao levantamento de materiais que integram o *corpus* documental parte-se do entendimento de Gerhardt *et al.* (2009, p. 69), sobre a pesquisa documental, que possibilita descrever e comparar documentos, “[...] estabelecendo suas características ou tendências [...]”. Nessa perspectiva, os documentos podem ser classificados em: fontes de primeira mão, quando os materiais não receberam nenhum tratamento analítico (por exemplo: documentos, reportagens, contratos, gravações, etc); e fontes de segunda mão, quando os materiais já sofreram algum tipo de análise (por exemplo: relatórios de pesquisa, manuais internos, tabelas, pareceres, decisões, etc) (Gerhardt *et al.*, 2009).

A coleta dos dados e das informações, assim como os métodos escolhidos (para coleta e análise) são etapas importantes para o desenvolvimento da pesquisa. As fontes selecionadas para a realização deste trabalho consistem em materiais dispostos na internet. A partir da reflexão de como se deu o ensino durante a pandemia, acompanhando notícias, decretos e resoluções que foram implementando diferentes maneiras de ensinar e aprender enquanto as atividades presenciais se encontravam suspensas, perguntas relacionadas ao ensino híbrido foram surgindo. Essas indagações

¹ Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (PPGE/FaE/UFPel). A dissertação foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

iniciais permearam a constituição do contexto investigativo e fomentaram a realização da pesquisa documental necessária a constituição do *corpus* analítico da pesquisa. O método de coleta de dados a partir de uma sondagem virtual comportou um levantamento dos documentos, relatórios e produções midiáticas necessários à descrição do fenômeno estudado e ao estabelecimento de algumas de suas características. Nesse sentido, esses materiais se colocariam como orientadores para o estabelecimento do ensino híbrido enquanto uma estratégia de racionalidade neoliberal.

Frente às mudanças que ocorrem na sociedade, novas maneiras de conceber o processo educacional foram se estabelecendo e transformando. Cada vez mais, se percebe que a educação envolve relações econômicas e sociais. Essas relações são permeadas pelo avanço do neoliberalismo na consolidação de novas políticas educacionais e, conseqüentemente, de novas propostas e concepções de educação por meio de suas estratégias. O neoliberalismo pode ser compreendido, nesse enquadramento, como “[...] uma transformação do pensamento liberal, que tem como contrapartida em termos políticos um papel relevante, e até fundamental, para o Estado na construção da sociedade, e de uma sociedade competitiva” (Campos; Ferreira, 2021, p. 01). Ao ser abordado como uma racionalidade, um sistema normativo (Dardot; Laval, 2016), compreende discursos que orientam as subjetividades através de princípios de competitividade, concorrência e mercado. Neste aspecto, o neoliberalismo enquanto uma racionalidade política, normativa e discursiva se conforma ao pensamento calculista e concorrencial, no qual as práticas (sejam elas de governo ou cotidianas) se reduzem ao inevitável cumprimento das normas de conduta neoliberal (Campos; Ferreira, 2021). De tal modo, dessas considerações, emerge a necessidade de problematização do ensino híbrido como estratégia de racionalidade neoliberal.

Originalmente, de acordo com Godinho e Garcia (2016, p. 1), “[...] a expressão Ensino Híbrido surgiu do termo *blended learning*, por volta do ano 2000 [...]”. Segundo Brito (2020), o ensino híbrido surge como uma maneira de resolver o problema da evasão escolar de alunos de cursos a distância. Rapidamente essa ideia se expandiu e passou a receber “[...] o status de método de ensino baseado em metodologias ativas, essas pensadas em termos da convergência sistemática entre os ambientes presencial e virtual [...]” (Brito, 2020, p. 2). Ao combinar métodos de ensino e de aprendizagem presenciais e virtuais, os modelos pedagógicos adotados no ensino híbrido produzem “[...] nova identidade epistemológica à prática docente [...]” (Brito, 2020, p. 4). Se identificando, nesta condição, como uma metodologia ativa que favorece “[...] o protagonismo estudantil, a partir do envolvimento ativo dos alunos durante todo o processo formativo [...]” (Brito, 2020, p. 8).

As discussões relacionadas ao ensino híbrido têm atingido novas dimensões. As implicações das concepções a ele relacionadas e que o conformam, enquanto estratégia de racionalidade neoliberal, se encontram já presentes no cotidiano educacional, emergem anteriormente ao contexto da pandemia e que de alguma forma parece se fortalecer para sua permanência no cenário da educação pós-pandêmica. De tal modo, são argumentações possíveis a partir de uma análise incipiente, com base na realização do levantamento das produções e dos materiais sobre o ensino híbrido.

Ensino híbrido no levantamento bibliográfico

Ao se pensar sobre o ensino híbrido é perceptível que essa temática envolve diversos aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais e tecnológicos; o que a torna ampla, complexa e controversa em suas singularidades. O levantamento bibliográfico inicial das produções relacionadas ao ensino híbrido constituiu uma tentativa de construir, parcialmente, um estado do conhecimento e estabelecer um maior contato com o tema, e se realizou em dois ambientes: primeiro, na biblioteca da UFPel (Universidade Federal de Pelotas) e na sequência em um acervo científico virtual (Portal de Periódicos da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

O primeiro movimento relacionado ao levantamento de produções correspondeu a consulta no Sistema de Bibliotecas da UFPel (SisBi/UFPel), a partir do seu Sistema de Gerenciamento do Acervo das Bibliotecas, o Pergamum, em março de 2022. O termo de pesquisa utilizado foi “*ensino híbrido*” e foram obtidos 6 resultados.

Discorrendo os títulos e os resumos das obras encontradas no SisBi/UFPel, alguns dos resultados (o artigo e as teses) foram excluídos por não desenvolverem de maneira clara, nas notas do resumo, o termo de busca. Com a intenção de entender, de modo geral, o que é o ensino híbrido e como ele vem sendo abordado, a premissa dos três livros encontrados contribui e é considerada. Em *“Blended usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação”*, Horn e Staker (2015) afirmam que o ensino híbrido tem se disseminado por várias partes do mundo, oferecendo um aprendizado mais eficiente e personalizado, centrado no aluno; já Tamashiro (2020), em *“Desenvolvimento de aulas práticas no ensino remoto e híbrido”*, coloca em evidência a atualidade das discussões referentes às metodologias de ensino, a despeito do nível ou modalidade, durante a pandemia; o livro *“Ensino híbrido personalização e tecnologia na educação”*, organizado por Lilian Bacich, Adolfo Tanzi Neto e Fernando de Mello Trevisani (2015), apresenta o desfecho de uma série de reflexões, produzidas pelo Grupo de Experimentações em Ensino Híbrido, sobre a integração de tecnologias no cotidiano da sala de aula, demonstrando as possibilidades de personalização no processo de ensino intermediados por intervenções efetivas.

O segundo movimento relacionado ao mapeamento de produções bibliográficas consistiu na consulta ao Portal de Periódicos da CAPES. A pergunta que norteou essa etapa foi *“Como o ensino híbrido vem sendo abordado nas pesquisas?”*. Nessa base eletrônica foram utilizados os descritores pré-determinados: *ensino híbrido, educação e pandemia*. Para garantir a combinação entre os descritores empregou-se o operador booleano² AND³. Assim, os seguintes descritores “ensino híbrido” AND “educação”, “ensino híbrido” AND “pandemia” e “ensino híbrido” deveriam aparecer no título e/ou no resumo do texto no resultado. Alguns critérios de elegibilidade (periódicos revisados por pares e idioma: português) e de exclusão (textos em outro idioma e artigos duplicados) também foram estabelecidos inicialmente. O recorte temporal desse mapeamento seguiu a indicação determinada pelo próprio portal (sendo definido pela data de criação gerada no momento da busca no próprio acervo).

De acordo com Silveira, Córdova e Bueno (2009, p. 91), o Portal de Periódicos da CAPES disponibiliza acesso virtual imediato à produção científica nacional e internacional, incluindo “[...] uma seleção de importantes fontes de informação acadêmica com acesso gratuito na Internet [...]”. Em conformidade com informações disponíveis no site do portal⁴, o acervo da CAPES⁵ conta com “[...] mais de 39 mil periódicos com texto completo e 396 bases de dados de conteúdos diversos, como referências, patentes, estatísticas, material audiovisual, normas técnicas, teses, dissertações, livros e obras de referência” (CAPES, 2023). Desta forma, tem como objetivo “[...] reduzir as assimetrias regionais no acesso à informação científica, cobrindo todo o território nacional [...]”, por isso “[...] é considerado uma iniciativa única no mundo, pois um grande número de instituições acessa o acervo que é inteiramente financiado pelo Governo Federal” (CAPES, 2022).

Esse acervo científico virtual foi escolhido para realizar a pesquisa, pois a CAPES concentra, boa parte, da produção científica brasileira, além de disponibilizar conteúdos diversificados sem garantir a sua totalidade. Como o foco da pesquisa é o ensino híbrido no Brasil, o filtro “idioma: português”, pareceu pertinente, num primeiro momento, já que concentrou a busca em pesquisas nacionais. Foram encontrados 585 artigos, após a exclusão inicial, considerando critérios de elegibilidade e exclusão, já aludidos, aplicados com o filtro da busca, restaram 132 artigos. Considerando os títulos e os resumos percebeu-se que alguns artigos apareceram mais de uma vez e também permaneceram alguns artigos escritos em outro idioma (inglês/espanhol). Após a exclusão dos duplicados e de alguns artigos que, apesar do filtro “idioma”, se encontravam em inglês e em espanhol, restaram 53 artigos.

Esse mapeamento obteve como resultado diferentes tipologias de artigos científicos. Na sequência essas produções foram agrupadas e separadas pelas características metodológicas

² A utilização dos operadores booleanos permite expandir ou restringir os parâmetros de busca. Seu uso, ao definir relações entre os descritores (termos) empregados na pesquisa, pode criar vários conceitos e palavras-chaves alternativas.

³ O operador booleano AND combina os descritores da pesquisa a fim de que nos resultados apareçam todos os termos aplicados.

⁴ Informações sobre o Portal de Periódicos da CAPES se encontram disponíveis em: <<https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php/sobre/quem-somos.html>>. Acesso em: 21 set. 2022.

⁵ Os números referentes ao acervo do portal foram atualizados em novembro de 2023.

em: artigos de revisão bibliográfica (12), artigos de relato de experiência (14), artigos de estudo exploratório e outros (23), resenhas (3) e entrevistas (1). Parece pertinente esclarecer que a classificação destes artigos científicos, encontrados no Portal de Periódicos da CAPES, nas tipologias supracitadas se deu a partir da leitura do resumo dos mesmos e consiste na interpretação das autoras deste texto sobre eles. Assim, tanto a definição dessas categorias quanto a classificação dos artigos, considerando as características metodológicas definidas pelos(as) autores(as) dos mesmos, é de responsabilidade das pesquisadoras. No item “artigos de estudo exploratório e outros” se encontram tipificados, além dos estudos exploratórios, diferentes tipologias de artigos científicos, tais como: estudos de caso, propostas didáticas/pedagógicas, propostas de ensino-aprendizagem e sequência didática.

Com a intenção de responder a pergunta norteadora do levantamento neste acervo, “*Como o ensino híbrido vem sendo abordado nas pesquisas?*”, realizou-se uma análise interpretativa com base nos artigos de revisão bibliográfica sobre o tema, uma vez que isso permitiu uma série de reflexões iniciais sobre o mesmo, possibilitando o vislumbre e a delimitação do objeto de pesquisa. Os artigos analisados foram escritos entre os anos de 2017 e 2022.

Após a leitura dos artigos foi possível perceber que estes defendem, a partir de suas revisões bibliográficas, diferentes concepções sobre o que viria a ser o ensino híbrido. Os termos pelos quais convencionalmente o ensino híbrido é referenciado variam. Tais termos denotam, na compreensão empreendida neste estudo, um entendimento e um objetivo diferenciado sobre o que vem a ser ensino híbrido. De acordo com o que foi percebido no levantamento realizado, após a leitura dos artigos selecionados, os diferentes autores e autoras apresentam perspectivas distintas sobre o que viria a ser o ensino híbrido, expressando isto através das nomenclaturas e terminologias adotadas em seus trabalhos. As expressões mais recorrentemente empregadas seriam: método de ensino (1); estratégia educacional (1); modelo de ensino (3); metodologia (2); modalidade (2); formato de ensino (1); estratégia de ensino-aprendizagem (1); modalidade de ensino a distância (1); abordagem pedagógica (1); estratégia educacional (1); recurso metodológico (1); metodologia ativa (2); sistema de ensino e aprendizagem (1); modelo pedagógico (1); modalidade mista (1); tendência (1); estratégia de ensino (1); metodologia de ensino (1); proposta metodológica de ensino (1); molde de ensino (1).

As diferentes formas de conceber e determinar os termos relacionados ao ensino híbrido reforçam tanto a percepção de que estes decorrem de entendimentos variados sobre ele como a ausência de consenso quanto a sua definição, o que reflete e evidencia a centralidade no caráter flexível do ensino híbrido.

Para Moreira e Schlemmer (2020), autores ao desenvolverem o conceito de ensino híbrido se fundamentam em perspectivas de ensino focado em técnicas, por isso, ensino híbrido ora é apresentado como método, modelo, estratégia, metodologia e afins.

Os artigos escritos entre 2020 e 2022 salientam a emergência das discussões em torno desse tema, do ensino híbrido, no contexto da pandemia, tendo em vista que o uso de recursos digitais passou a fazer parte da rotina de alunos e professores durante esse período, configurando uma alternativa para as demandas dessa circunstância. De Lima *et al.* (2022) enfatiza a necessidade de reestruturação do ensino em decorrência da pandemia de COVID-19, e ainda destaca o ensino híbrido como uma possibilidade, uma estratégia educacional, para reorganizar as atividades educativas por intermédio da tecnologia. As autoras ainda apresentam as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) como ferramentas importantes para o planejamento e a retomada das atividades educacionais. Fernandes e Mercado (2022) também apresentam o ensino híbrido como uma possibilidade de aprendizagem durante a pandemia. Já Morais e Souza (2020) chamam a atenção para a necessidade de uma nova abordagem do modelo educacional devido a pandemia. Para Vetromille-Castro e Kieling (2021, p. 366) “[...] a pandemia da COVID-19 evidenciou a falta de preparo adequado para o ensino com tecnologias digitais [...]”.

Considerações a respeito do protagonismo dos estudantes aparecem em alguns artigos. De acordo com De Lima *et al.* (2022, p. 10), o ensino híbrido se mostra um método capaz de tornar os estudantes protagonistas do seu processo de ensino-aprendizagem, já que “[...] promove o seu envolvimento direto, participativo e reflexivo em todas as suas etapas [...]”. Essa percepção é corroborada por Wagner e Cunha (2019), assim como também por Fernandes e Mercado (2022) que ainda afirmam que o ensino híbrido não pode ser resumido ao uso de TDIC em sala de

aula. Vetromille-Castro e Kieling (2021) destacam a necessidade de os docentes buscarem novas metodologias de ensino que almejam o protagonismo dos alunos, tendo em vista que o ato de ensinar não pode estar desconectado destes.

Do mesmo modo, a autonomia se configura como uma possível construção decorrente do ensino híbrido. Para Morais e Souza (2020) o ensino híbrido é alternativa pedagógica que favorece a autonomia, o autogerenciamento e a corresponsabilidade do estudante no seu processo de formação. Assim, o foco do processo de ensino e aprendizagem está no aluno. Favreto *et al.* (2022) salientam que uma maior autonomia corrobora para que o estudante busque a construção do seu conhecimento. Vetromille-Castro e Kieling (2021) pontuam que o ensino híbrido, ou seja, as metodologias ativas estimulam, além da autonomia, a colaboração e a reflexão dos estudantes. Segundo Spinardi e Both (2018, p. 4), “o ensino híbrido proporciona ao aluno maior autonomia, disciplina, flexibilidade de horários em grande parte das atividades, mas, também, a interação com o grupo nos momentos presenciais”.

Diferentes percepções sobre personalizar aspectos do processo educativo também foram identificadas. Fernandes e Mercado (2022) apresentam o ensino híbrido como uma possibilidade de personalizar percursos de aprendizagem não só durante a pandemia. Spinardi e Both (2018), consideram o ensino híbrido uma metodologia que permite aos professores personalizar as estratégias utilizadas com os alunos. Silva e Dos Santos Junior (2019) destacam que o ensino híbrido é uma grande tendência pedagógica que proporciona a personalização do ensino. De Lima *et al.* (2022) também esboça essa ideia de personalizar a aprendizagem a partir do método de ensino híbrido na área da saúde. Wagner e Cunha (2019) já mencionam que cursos híbridos possibilitam feedbacks personalizados aos estudantes, o que favorece um processo mais acolhedor e humanizado.

Um outro aspecto que chamou atenção se refere à incorporação de tecnologias em diferentes aspectos do cotidiano (Morais; Souza, 2020; Wagner; Cunha, 2019). Wagner e Cunha (2019), dizem que ao se tratar de inovação pedagógica é comum estabelecer a relação desta com a presença das tecnologias digitais no processo de ensinar e aprender. Favreto *et al.* (2022) discutem as transformações sociais decorrentes das tecnologias digitais, visto que elas produziram novos rumos tanto para os meios de produção quanto para a aprendizagem. Para Vetromille-Castro e Kieling (2021, p. 354), “[...] o contexto de aprendizagem mediado por tecnologias digitais aparece como propício para práticas pedagógicas centradas no estudante”; todavia, acentuam que a pandemia deixou evidente a falta de preparo para o ensino com tecnologias. Passos e Soares (2019), destacam os potenciais educativos das tecnologias digitais no favorecimento do processo de ensino-aprendizagem. Spinardi e Both (2018) trazem a ideia de que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) têm se confirmado como novas metodologias e recursos para a sala de aula. Para além, chamam atenção que a inserção da tecnologia é uma característica essencial ao modelo de ensino híbrido. Camillo (2017) evidencia a implementação das TIC enquanto abordagem pedagógica. Assim, segundo a autora, “o ensino híbrido utiliza a tecnologia abrindo novos horizontes na educação, transformando e buscando melhor o processo de ensino e aprendizagem [...]” (Camillo, 2017, p. 65). Morais e Souza (2020) apresentam o uso das tecnologias digitais como uma ferramenta de mudança nas práticas pedagógicas através das metodologias ativas. Para Astudillo e Nogueira (2022), a incorporação da tecnologia no cotidiano é uma tendência crescente nas últimas décadas e as inovações em tecnologia da informação e comunicação vêm sendo adaptadas para a educação. Segundo estes autores, a natureza do processo de ensino-aprendizagem muda através da adoção adequada dessas tecnologias na educação. Porém, “[...] apenas a mistura e a aplicação do potencial da tecnologia digital com referência à aprendizagem face a face não é suficiente para explorar o potencial da modalidade mista [...]” (Astudillo; Nogueira, 2022, p. 7). Nesse sentido, Morais e Souza (2020, p. 16) afirmam que “[...] devido à disseminação das novas tecnologias digitais é necessário compreender que não se pode desconsiderar a exigência de uma nova abordagem também na área da educação”. Para tanto, “um novo paradigma surge na educação, o qual exige novas posturas do profissional da educação evidenciando a necessidade de o professor estar preparado para lidar com as novas tecnologias incorporando as em sua prática pedagógica” (Morais; Souza, 2020, p. 17).

A discussão de mudança de paradigma inferida pelos autores está centrada na necessidade de transformações na educação, fortemente marcada pela crença da potencialidade das tecnologias

digitais. Essa revolução digital na educação não pode ser considerada como ameaça aos processos formativos, o que passa a exigir do professor uma alteração na sua prática, coerente com o contexto vivenciado.

A argumentação pretendida nesta pesquisa se mostra um tanto distinta da proposta pelos autores mencionados acima. O estudo desenvolvido, antes de se ater às transformações derivadas da chamada revolução digital na educação, preocupa-se em identificar algumas das variações no paradigma educacional que já vêm sendo formuladas, nos últimos anos, devido a mudanças ocorridas no Estado e nas percepções que envolvem a gestão da coisa pública fundamentada pelos princípios neoliberais. Ao pensar e relacionar as transformações que ocorreram ao longo do desenvolvimento dos processos educativos, parece impossível não considerar a indissociabilidade da relação entre público e privado que vem se consolidando nas últimas duas décadas e que, como resultado, vem influenciando, e até mesmo determinando, a elaboração e o engendramento das políticas educacionais, que possibilitam o avanço do modelo neoliberal nas propostas e concepções educacionais, a partir e através de suas estratégias. E é nesse bojo que o ensino híbrido, que ainda carece de consenso em sua definição conceitual, vem sendo (re)constituído, recentemente, diante de uma série de atravessamentos em diferentes aspectos que conformam a educação.

Sendo assim, esta análise não se refere às tecnologias digitais na educação, mas aos efeitos dessas na concepção e na proposição de propostas educacionais. Do mesmo modo, Silva (2018, p. 157) exprime que “[...] a analítica não é sobre a aprendizagem de um conhecimento por meio das tecnologias ou dessas plataformas digitais [...]”, a problematização sobre o ensino híbrido está inserida no âmbito como uma “[...] discussão [que] tem como mote a forma de compreender a relação com o conhecimento como ferramenta à condução das práticas sociais e da produção de subjetividades [...]” (Silva, 2018, p. 157). Preocupa-se em discutir e aprofundar os impactos perante o deslocamento de uma sociedade do ensino para aprendizagem por meio da introdução do ensino híbrido como expressão neoliberal.

Partindo de alguns apontamentos já realizados, pretendeu-se construir uma argumentação ponderando aspectos da coexistência de diferentes concepções sobre o que viria a ser o ensino híbrido identificadas nos artigos de revisão bibliográfica inferidos, uma tentativa de demonstrar que estes termos são decorrentes de concepções distintas em torno de uma proposta de educação que se encontra em disputa pela racionalidade neoliberal. Diante disso, parece relevante entender e delinear os entendimentos e as compreensões dos termos que são frequentemente relacionados ao ensino híbrido, buscando apreender a dimensão que essas variações atingem.

Para isso, é importante reafirmar uma vez mais que as discussões em torno do ensino híbrido são anteriores à pandemia, mas que foi no contexto pandêmico que essas discussões ganharam novo ânimo. Se inicialmente o ensino híbrido surgiu como uma alternativa de resolução à evasão escolar, que possuía o status de método de ensino pautado em metodologias ativas (Brito, 2020), atualmente apresenta contornos que permitem identificar aspectos relacionados à sua constituição enquanto uma estratégia de racionalidade neoliberal na educação. Preocupa-se, assim, em problematizar como essa solução educacional se aproxima de soluções mercadológicas. Para complementar a discussão que se realizou o levantamento dos documentos produzidos no contexto da pandemia sobre o ensino híbrido, que parecem ser expedientes representativos do imaginário neoliberal.

Ensino híbrido no levantamento dos materiais de análise

As indagações iniciais relacionadas ao ensino híbrido permearam a constituição do contexto investigativo. E foi deste modo que se chegou a Associação Nacional de Educação Básica Híbrida (ANEBHI), e, posteriormente, as *Diretrizes Gerais sobre Aprendizagem Híbrida* (documento que esteve disponível para consulta pública em novembro de 2021), e, por consequência, ao Dados para um Debate Democrático na Educação (D³e), e, por fim, as *Diretrizes Nacionais Orientadoras para o desenvolvimento da Educação Híbrida e das práticas flexíveis do processo híbrido de ensino e aprendizagem no nível da Educação Básica* (documento que esteve disponível para consulta pública até fevereiro de 2023). Após a identificação do *corpus* documental, o levantamento das produções dos atores identificados (ANEBHI e D³e) foi realizado. Os documentos escolhidos para integrar o

corpus documental desta pesquisa compreendem conteúdos produzidos e relacionados aos atores acima citados, e as diretrizes mencionadas.

Diante do número expressivo de materiais relacionados às produções audiovisuais produzidos pela ANEBHI, disponíveis em seu canal na plataforma YouTube⁶, foram selecionadas as seguintes transmissões ao vivo: o Seminário Internacional de Educação Básica Híbrida (Parte I e Parte II), por serem as transmissões inaugurais da associação; cinco (5) transmissões que tratam do ensino híbrido e da educação básica; assim como também o vídeo de apresentação da associação. Ante a diversidade de materiais produzidos e dos temas abordados pelo D³e, optou-se pelo relatório relacionado ao ensino híbrido, considerando também o convite realizado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) relacionado a apresentação desse relatório.

A Associação Nacional de Educação Básica Híbrida configura um ator relevante nas discussões promovidas em torno do ensino híbrido nos últimos tempos, devido a centralidade que o ensino híbrido possuía nas atividades promovidas por ela. Conforme informações encontradas na internet (notícias e redes sociais⁷) a ANEBHI, foi criada em 30 de julho de 2020 por Maria Inês Fini (idealizadora do ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio, e ex-presidenta do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Assim, a ANEBHI se apresenta como uma associação sem fins lucrativos que se preocupa em organizar um grupo educacional para elaborar a proposta de ensino híbrido na educação básica, ao promover e desenvolver “formação continuada de professores para esta modalidade, registrando, auditando cientificamente e divulgando experiências exitosas da educação híbrida do Brasil e do mundo, em canais digitais próprios” (ANEBHI⁸, 2020).

A associação, desde a sua acepção e durante seu período de atividade, teve suas atividades voltadas em congregar esforços para indicar soluções colaborativas de educação híbrida para temas como escola, ensino, gestão, formação de professores e etc, e ao desenvolvimento da educação híbrida. O site da ANEBHI⁹, atualmente, não se encontra mais disponível ao público (ao tentar acessá-lo a busca retorna com a mensagem “Este site não foi encontrado”). Parte do material produzido pela associação ainda se encontra acessível e disponível no seu canal na plataforma YouTube. Os materiais produzidos, que compõem a produção midiática da ANEBHI nessa plataforma, consistem em um (1) vídeo de apresentação e sessenta e uma (61) transmissões ao vivo diversificadas, tais como: seminários, simpósios, ciclo de mesas redondas, ciclo de debates, lives, webinar, dentre outros. A inscrição da associação na plataforma ocorreu em 27 de julho de 2020. A primeira postagem aconteceu em 17 de agosto de 2020, sendo a última em 01 de junho de 2022.

As redes sociais (Facebook e Instagram) da associação apresentam basicamente publicações e informações (card e textos) relacionadas à divulgação dos conteúdos produzidos, transmitidos e compartilhados na referida plataforma. Parece relevante mencionar que estas redes sociais não recebem atualizações desde 14 de junho de 2022 e 27 de maio de 2022, respectivamente.

A realização do primeiro seminário da associação, que ocorreu em 14 de outubro de 2020, foi transmitida pelo YouTube e pela TV Escola, recebendo atenção neste momento por se tratar também do lançamento oficial da ANEBHI. De acordo com a descrição do vídeo¹⁰, o seminário consistiu em um evento gratuito, promovido pela associação, no qual educadores renomados discutiriam os principais temas relacionados à educação básica híbrida. Esse evento contou com a participação¹¹ de: Emilio Murano (vice-presidente do Instituto Ayrton Senna), Lino de Macedo (professor emérito

⁶ Canal do YouTube da ANEBHI: <https://www.youtube.com/@ANEBHI>.

⁷ Redes sociais da ANEBHI: Instagram – @anebhi_oficial; Facebook – <https://www.facebook.com/anebhioficial>. A primeira publicação da associação no Facebook foi em 02 de setembro de 2020 – divulgação link do Youtube com o vídeo da vinheta da associação. Já no Instagram aconteceu em 03 de setembro de 2020 – divulgação da vinheta da associação.

⁸ Informações retiradas do Instagram da associação: @anebhi_oficial, em publicação de 16 de setembro de 2020.

⁹ Site da ANEBHI: www.anebhi.com.

¹⁰ Informações sobre o I Seminário Internacional de Educação Básica Híbrida organizado pela ANEBHI se encontram disponíveis em: <https://www.youtube.com/watch?v=SjOckVoycOQ&t=4s>, https://www.instagram.com/anebhi_oficial/. Acesso em: 14 fev. 2023.

¹¹ Informações referentes aos participantes do seminário se encontram disponíveis em: <https://www.instagram.com/p/CGFvGtoANFr/>, <https://www.instagram.com/p/CGH3RUoAjjg/>, <https://www.instagram.com/p/CGINZING3XD/>, <https://www.instagram.com/p/CGId9bZAWef/>, <https://www.instagram.com/p/CGIwukMAFT/>. Acesso em: 14 fev. 2023.

da USP), Armando Valente (professor titular do Nied/Unicamp), Alice Andrés (coordenadora do Movimento pela BNCC), Izabel Lima Pessoa (secretária de educação básica do MEC), Cecília Motta (presidente do Consed), Márcia Bernardes (presidente da Undime/SP), Marialba Garcia (presidente do conselho de ética da ANEBHI), Maria Helena Guimarães Castro (presidente do CNE), Guiomar Namó de Mello (consultora em formação de professores, currículo e avaliação), Mozart Neves Ramos (conselheiro do CNE), Carlos Lenuzza (diretor de educação a Distância da CAPES), Marcelo Ferreira da Costa (secretário municipal de educação de Goiânia), Chico Soares (professor emérito da UFMG), Dalton Andrade (professor titular da UFSC), Heliton Tavares (professor titular da UFPA), Ivan Aguiar (professor da ECA/USP e conselheiro do CNE), Cláudia Costin (diretora o centro de excelência e inovação em políticas educacionais da FGV), Ricardo Henriques (diretor-executivo do Instituto Unibanco), Alexandre Schneider (pesquisador visitante da Universidade Columbia/NY e da FGV) e Antônio Gois (colunista de educação do Globo e diretor do Jeduca). Os vídeos do seminário, desconsiderando os dias dos simpósios subsequentes que davam continuidade ao mesmo, somam um total de 41 mil visualizações.

Como característica geral, foi possível constatar que os eventos promovidos pela ANEBHI transmitidos pelo YouTube apresentavam inscrição gratuita, forneciam certificado (alguns de extensão, outros acadêmico) e contavam com a participação, quase que predominante, de pessoas que tinham seus nomes associados a área da educação (sejam educadores, gestores e/ou pesquisadores).

Ainda considerando as questões que nortearam o contexto investigativo, em buscas realizadas na internet, tomou-se conhecimento da realização de audiências e consultas públicas promovidas pelo Conselho Nacional de Educação relacionadas ao ensino híbrido. A primeira é referente às *Diretrizes Gerais sobre Aprendizagem Híbrida*¹². Em 16 de novembro de 2021, o CNE lançou um edital de chamamento¹³ para consulta pública referente à proposta das diretrizes, uma vez que o tema era considerado de alta relevância. O período dessa consulta se estendeu até 26 de novembro de 2021. O relatório que constitui a diretriz ainda traz a urgência na reorganização das dinâmicas de ensino e aprendizagem e na criação de soluções inéditas para momentos como os vivenciados pela pandemia da COVID-19, chamando a atenção para o fato de que “as metodologias de aprendizagem híbrida, objetivando garantir melhores resultados de aprendizagem, permanecerão” (Brasil, 2021, p. 1).

Também salienta a evidente necessidade na mudança de papéis exercidos por estudantes e professores, mudança que reflete a ação do estudante enquanto produtor de conhecimentos e do professor como orientador desse processo, articulada com as ferramentas tecnológicas (Brasil, 2021). Isso se aproxima com o que foi sendo discutido ao longo desta escrita quando características do ensino híbrido como autonomia, protagonismo e personalização já foram enfatizadas.

Diante do parecer que constitui o texto das diretrizes fica resolvido que a aprendizagem híbrida, “[...] entendida como metodologia flexível de ensino, mediada por tecnologias de informação e comunicação [...]” se adequa tanto para a Educação Superior quanto para a Educação Básica (Brasil, 2021, p. 14), já que agrega princípios das pedagogias ativas (participação, autonomia, protagonismo, invenção, descoberta, solução de problemas, etc) e práticas pedagógicas flexíveis e inovadoras capazes de ressignificar o currículo.

A escolha do termo, aprendizagem híbrida, parece bastante significativa, tendo em vista que se acomoda dentro das discussões acerca do deslocamento de uma sociedade do ensino para uma sociedade da aprendizagem, pois coloca o estudante no centro do processo pedagógico como um sujeito que deve aprender a aprender em um contexto de aprendizagem flexível.

Após esta consulta pública, algumas opiniões e produções fundamentadas, favoráveis ou contrárias, a respeito do tema surgiram (isso foi percebido em uma busca na internet considerando as notícias vinculadas ao assunto). Entre essas opiniões noticiadas, uma se destaca pois diz respeito

12 O texto de referência a respeito das Diretrizes Gerais sobre Aprendizagem Híbrida se encontra no site do Conselho Nacional de Educação, disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=227271-texto-referencia-educacao-hibrida&category_slug=novembro-2021-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 05 set. 2022.

13 O edital de chamamento se encontra disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=227281-edital-de-chamamento-educacao-hibrida&category_slug=novembro-2021-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 05 set. 2022.

ao convite que o CNE¹⁴ fez o Dados para um Debate Democrático na Educação para apresentar seu relatório sobre aprendizagem híbrida em julho de 2022 em uma reunião pública realizada pela Câmara de Educação Básica. Esse destaque se justifica pela existência de um relatório que trata de orientações para a regulamentação da aprendizagem híbrida.

O D³e foi formado¹⁵ em 2018, inicialmente como um projeto do *Lemann Center for Educational Entrepreneurship and Innovation in Brazil*, da Universidade de Stanford (Estados Unidos). Em 2020, “[...] foi convertido em associação civil sem fins lucrativos que atua através de parcerias com a academia, organizações da sociedade civil e setor público” (D³e, 2023). Ainda de acordo com informações disponibilizadas em seu site, tem como propósito “colaborar para o aprimoramento do debate educacional e para a qualificação do uso do conhecimento científico no desenvolvimento de políticas educacionais” (D³e, 2023), “[...] que promovam uma educação equitativa e de qualidade no Brasil” (D³e, 2023). Assim, para que isso se concretize o Dados para um Debate Democrático na Educação acredita na importância de se investir em trocas e colaborações entre diferentes áreas do conhecimento; nesse sentido, acreditam que os dados científicos ainda são subutilizados e “[...] algumas temáticas educacionais têm produção de conhecimento científico incipiente. Outras são desconectadas dos fenômenos e das necessidades práticas da área ou têm qualidade metodológica e/ou aplicabilidade frágil” (D³e, 2023). Partindo dessa percepção “[...] a D³e atua, estrategicamente, fomentando a sistematização e produção de evidências científicas e de conhecimentos relevantes ao campo educacional brasileiro [...]” (D³e, 2023).

O Dados para um Debate Democrático na Educação é composta por um time de colaboradores responsáveis pela gestão e execução das atividades. São eles: Amanda Abreu, Antonio Bara Bresolin, Beatriz Vichessi, Bruna Du Plessis, Fernanda Lima Silva, Marcos Targino, Felipe Michel Braga, Robert Verhine, Sofia Lerche Vieira, Antônio Gois, Daienne Amaral Machado, Daniel Bento Teixeira, David Plank, Eduardo Mufarej, Inês Mindlin Lafer, Jair Ribeiro, Kátia Helena Schweickardt, Paulo Ferraz, Angelo Ricardo de Souza, Elizabeth Macedo, Martin Carnoy, Naercio Menezes-Filho, Paula Louzano, Ricardo Primi, Roseli de Deus Lopes, Dalila Coelho, Juliana Veiga dos Santos. O D³e estabelece parcerias com: Atricon, Fundação Carlos Chagas (FCC), Fundação Lemann, Fundação Telefônica Vivo, Instituto Natura, Instituto Unibanco, Itaú Social, Lepes, Lemann Center, Todos pela Educação, Transformative Learning Technologies Lab (TLTL), UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). Quanto às suas publicações¹⁶, apresenta: 2018 – dois (2) relatórios; 2019 – um (1) relatório, com informações incluídas no relatório do Fundeb; 2020 – dois (2) relatórios; 2021 – três (3) relatórios; 2022 – três (3) sínteses de evidências, dois (2) relatórios, duas (2) notas técnicas e uma (1) tradução de evidências; e 2023 – três (3) relatórios, um (1) estudo, três (3) notas técnicas, uma (1) nota científica, uma (1) tradução de evidências e uma (1) síntese de evidências.

O relatório intitulado “*Aprendizagem Híbrida? Orientações para regulamentação e adoção com qualidade, equidade e inclusão*”¹⁷ foi lançado em 13 de junho de 2022, o qual o D³e foi convidado pelo CNE para apresentar, resulta de uma parceria do D³e com o *Transformative Learning Technologies Lab* (TLTL), da Universidade de Columbia (Estados Unidos), com a Fundação Telefônica Vivo e com o *Lemann Center*, da Universidade de Stanford (Estados Unidos). Assim, o “[...] relatório busca contribuir para uma melhor compreensão da aprendizagem híbrida, gerando subsídios para a formulação de políticas públicas mais robustas sobre o tema, considerando o conhecimento internacional disponível até o momento [...]” (Blikstein *et al.*, 2022, p. 03).

O relatório parte do contexto da pandemia e das soluções que foram empregadas em outros países para esboçar sugestões em campos como: os contextos e as condições para o uso de abordagens híbridas; a infraestrutura e os recursos para implementação adequada dessas abordagens; a proteção e privacidade de dados; a formação docente; a integração com as políticas nacionais existentes; e a produção de estudos e monitoramento de programas-piloto relacionados

14 Link da notícia: <https://d3e.com.br/noticias/cne-convida-d3e-para-apresentar-relatorio-de-aprendizagem-hibrida/>. Acesso em: 7 set. 2022.

15 Informações referentes ao Dados para um Debate Democrático na Educação (D³e) se encontram disponíveis em: <https://d3e.com.br/>. Nesse mesmo acesso é possível acompanhar os materiais (relatórios, sínteses de evidências e notas técnicas) produzidos pelo mesmo e as informações dos seus colaboradores. Acesso em: 09 set. 2022.

16 O levantamento das produções se deu até 30 de dezembro de 2023.

17 O relatório se encontra disponível em: https://d3e.com.br/wp-content/uploads/relatorio_2206_aprendizagem_hibrida.pdf. Acesso em: 07 set. 2022.

(Blikstein *et al.*, 2022). O levantamento que deu origem ao relatório foi estruturado em quatro (4) fases: 1^o) levantamentos de estudos internacionais com relação aprendizagem mediada por tecnologias em diversos contextos; 2^o) mapeamento de ações de alguns países sobre o contexto da pandemia e a retomada presencial; 3^o) produção de um documento referente à consulta pública do CNE; 4^o) elaboração do relatório organizado em três (3) seções - desafios, experiências internacionais e recomendações – como subsídio nas tomadas de decisão (Blikstein *et al.*, 2022).

A segunda consulta pública promovida pelo CNE relacionada ao ensino híbrido se refere às *Diretrizes Nacionais Orientadoras para o desenvolvimento da Educação Híbrida e das práticas flexíveis do processo híbrido de ensino e aprendizagem no nível da Educação Básica*¹⁸. Em 05 de janeiro de 2023, o conselho lançou um edital de chamamento¹⁹ para consulta pública referente a essa proposta, já que o tema é considerado de alta relevância. O período dessa consulta seria, inicialmente, até o dia 27 de janeiro de 2023, mas foi prorrogado até 10 de fevereiro de 2023 para o recebimento de “[...] contribuições fundamentadas e circunstanciadas [...]”²⁰. Posto isso, o CNE se coloca o desafio de discutir as abordagens pedagógicas híbridas, uma tentativa de buscar novos caminhos para a reorganização das dinâmicas do processo de ensino e aprendizagem e enfatiza que “[...] esse movimento é orientador, considerando a necessidade de integração de processos acadêmicos flexíveis e diferenciados, que fortaleçam e ressignifiquem as mudanças propostas nas atividades integradas [...]” (Brasil, 2023, p. 1). Almejando romper com um modelo educacional linear, industrial e conteudista, considerando a mudança de paradigma que abre espaço para que o conhecimento seja amplificado e reconhecido, o CNE atesta a ciência e a tecnologia como instrumentos que disponibilizam recursos que permitem a participação ativa do estudante por meio de novas relações e novos acessos o que acaba “[...] remetendo para visões híbridas da educação, que precisam ser desvendadas e incorporadas no cotidiano da vida da escola” (Brasil, 2023, p. 2).

Ao analisar as possibilidades de normatização do processo híbrido de ensino e aprendizagem, o CNE reconhece o desafio de repensar e redimensionar as práticas pedagógicas em um contexto que proponha um papel mais ativo e autônomo do estudante, e como efeito acolha a possibilidade e a necessidade do uso de tecnologias na educação básica (Brasil, 2023). Diante disso, a abordagem referente à Educação Híbrida apresentada pelo CNE nessa formulação indica mudanças estruturantes no currículo, incorporando aspectos da BNCC dentro da identidade de cada contexto, em busca “[...] de uma educação rica, diversa, ampliada e atual, oferecendo trilhas curriculares que reflitam as mesclas da vida contemporânea [...]”, na qual o flexível processo híbrido de ensino e aprendizagem se configura como uma possibilidade de organização da educação básica (Brasil, 2023, p. 20-21).

Cabe observar que o livro, encontrado no levantamento bibliográfico, organizado por Lilian Bacich, Adolfo Tanzi Neto e Fernando de Mello Trevisani (2015) intitulado *“Ensino híbrido personalização e tecnologia na educação”*, é mencionado na diretriz levada a consulta pública em 2023, em dois momentos: i) ao anunciar as experiências relacionadas ao ensino híbrido já realizadas no Brasil, enfatizando a importância de se repensar espaços, papéis, recursos e avaliação desse processo; ii) ao indicar a necessidade de mudanças nos modelos de ensino e aprendizagem, e defender a flexibilização curricular proposta no ensino híbrido enquanto proporcionadora de transformações no processo e prática educativas. Isso

demonstra que quando a produção já existe, a mesma se torna referência na elaboração e estabelecimento de entendimentos e de normativas que justificam orientações concernentes ao ensino híbrido. Essa solução imediata para a educação pandêmica e pós-pandêmica da COVID-19

18 O texto de referência a respeito das Diretrizes Nacionais Orientadoras para o desenvolvimento da Educação Híbrida e das práticas flexíveis do processo híbrido de ensino e aprendizagem no nível da Educação Básica se encontra no site do Conselho Nacional de educação, disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=244151-texto-referencia-educacao-hibrida-na-educacao-basica&category_slug=dezembro-2022-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 08 fev. 2023.

19 O edital de chamamento se encontra disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=244161-edital-de-chamamento-educacao-hibrida-1&category_slug=dezembro-2022-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 08 fev. 2023.

20 Informações e texto do edital de chamamento com prorrogação do prazo está disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=244201-edital-de-chamamento-educacao-hibrida-prorrogacao&category_slug=dezembro-2022-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 08 fev. 2023.

não representa uma novidade no âmbito das discussões educacionais, mas é recuperada pelos reformadores empresariais como uma oportunidade de mercado sobre a educação pública.

Considerando as inferências iniciais realizadas nos textos levados à consulta pública, as produções midiáticas da ANEBHI e o relatório do D³e, os termos empregados, tais como aprendizagem híbrida e educação híbrida, soam bastante difusos. As nomenclaturas adotadas expressam o debate que ainda acontece em torno do(s) termo(s). Isso remete a percepções já expostas relacionadas primeiro à coexistência de diferentes concepções sobre o que viria a ser o ensino híbrido e, conseqüentemente, a ausência de consenso sobre o tema, sua definição conceitual, e sobre as formas como ele vem sendo constituído e abordado, o que gera uma série de inconsistências relacionadas ao entendimento que se tem sobre o ensino híbrido.

É preciso considerar ainda que o cenário da pandemia (suspensão das atividades presenciais, medidas emergenciais, retorno ao presencial, medidas de recomposição das aprendizagens, dentre outros) reivindicou a elaboração de novas orientações para as práticas pedagógicas que levassem em conta a nova realidade do cotidiano escolar. Porém, estas novas orientações não são marcadas pelo ineditismo, mas pela releitura de antigas discussões que já faziam parte do campo educacional. Considerando os atores mencionados, sejam eles sujeitos individuais ou coletivos, é possível perceber o que Hypolito (2021) já mencionava: a articulação das organizações para praticar governança na educação pública, como uma forma de processo marcado pela relação entre o público e o privado.

A mercantilização da educação, como bem pontua Ball (2014), resulta da ação do setor privado na educação pública através do estabelecimento das parcerias público-privadas. Assim, não há prejuízo em se dizer que a relação educacional se encontra regida pelas leis do mercado e princípios de gestão, na qual se tem o predomínio dos interesses privados no setor público como uma característica da indissociabilidade das relações que se estabelecem nestas parcerias. Observa-se, no atual contexto, de acordo com Ball (2014), a promoção de soluções privadas e filantrópicas para os problemas da educação pública. Nesse imbróglio, as redes políticas em educação acabam promovendo e sustentando a expansão global de ideias neoliberais, “[...] a educação é apenas uma manifestação de uma reformulação global das bases econômicas, sociais, morais e políticas do fornecimento do serviço público e do desenvolvimento de novos tipos de respostas políticas à desvantagem social [...]” (Ball, 2014, p. 43).

Os discursos em torno do saber e aprendizagem, de métodos e práticas pedagógicas flexíveis, das práticas educativas transformadoras, das experiências exitosas, da inovação, da educação humanizada, colaborativa e interativa se encontram em voga em uma perspectiva na qual o ensino híbrido se conforma enquanto uma estratégia de racionalidade neoliberal, que se ampara na sua natureza flexível o que permite a sua constante (re)formulação.

Considerações finais

A necessidade de compreender o ensino híbrido como uma estratégia de racionalidade neoliberal surge da observação do contexto educacional no qual este emergiu como uma das alternativas ao desenvolvimento dos processos educacionais durante o período da pandemia. Em um momento de crise, na ausência de uma definição conceitual, o ensino híbrido pode ser redimensionado e passou a receber novos contornos. A partir das discussões provenientes do levantamento bibliográfico inicial das produções relacionadas ao ensino híbrido e do levantamento de materiais relacionados que integraram o *corpus* documental, foi possível perceber o que vem sendo produzido e entendido acerca do ensino híbrido. Considerando as discussões dos artigos analisados, é possível distinguir que coexistem diferentes concepções sobre o que viria a ser o ensino híbrido. Por conseguinte, não há consenso nas pesquisas sobre o tema e nem na maneira como ele vem sendo abordado.

Sustenta-se a percepção de que o ensino híbrido não só configura um campo de disputa em torno das terminologias e processos de ensino e aprendizagem, mas também vem se conformando enquanto uma estratégia de racionalidade neoliberal ao passo que vem transcendendo a sua configuração original. Os materiais mapeados permitiram corroborar os meandros dessa percepção, uma vez que, nesse bojo, o ensino híbrido se destaca, principalmente porque traz em si a influência

das redes políticas em educação, fortemente permeadas pela lógica normativa neoliberal. Nesse cenário de disputas, é preciso examinar a atuação dessas redes, as possibilidades e os limites das proposições educacionais apresentadas.

A existência de redes de governança e de redes políticas em educação, baseadas na lógica normativa neoliberal, estabelecem os princípios que conduzem as reformas que vêm sendo operadas no sistema educacional a partir e através desta racionalidade neoliberal; estas redes redefinem também as fronteiras entre público e privado e atuam na articulação e definição da agenda educacional. Assim, discutir as concepções de educação traz à tona uma série de percepções e disputas políticas e simbólicas, um conjunto de significados e significantes, que estão constantemente em jogo. É preciso considerar a relevância de se pensar sobre a organização dos processos educativos, das políticas públicas educacionais e das propostas e concepções de educação que a todo instante vem sendo remodeladas e rearranjadas.

Não há equívoco em reiterar que mesmo hoje ainda não há consenso quanto à definição de uma aceção relacionada ao ensino híbrido. Por isso, é importante refletir sobre a(s) maneira(s) que o mesmo vem sendo reconstituído a partir e através dos atravessamentos que diferentes aspectos que conformam a educação no atual contexto.

Referências

ANEBHI (Associação Nacional de Educação Básica Híbrida). **Site**. Disponível em: www.anebhi.com. Acesso em: 14 fev. 2023.

ASTUDILLO, Mario Vásquez; NOGUEIRA, Vanessa dos Santos. Blended Learning: modelos pedagógicos para o ensino superior. **Roteiro**, Joaçaba, v. 47, p. 1-25, 2022.

BACICH, Lilian; NETO, Adolfo Tanzi; TREVISANI, Fernando de Mello. (orgs.). **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

BALL, Stephen John. **Educação Global S.A.: Novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

BLIKSTEIN, Paulo *et al.* **Aprendizagem híbrida?** Orientações para regulamentação e adoção com qualidade, equidade e inclusão [relatório]. São Paulo: D³e, 2022. Disponível em: https://d3e.com.br/wp-content/uploads/relatorio_2206_aprendizagem_hibrida.pdf. Acesso em: 07 set. 2022.

BRASIL. **Diretrizes Gerais sobre Aprendizagem Híbrida**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2021. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=227271-texto-referencia-educacao-hibrida&category_slug=novembro-2021-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 05 set. 2022.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais Orientadoras para o desenvolvimento da Educação Híbrida e das práticas flexíveis do processo híbrido de ensino e aprendizagem no nível da Educação Básica**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2023. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=244151-texto-referencia-educacao-hibrida-na-educacao-basica&category_slug=dezembro-2022-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 08 fev. 2023.

BRASIL. **Parecer CNE/CP no 11/2020, de 7 de julho de 2020**. Versa a respeito das orientações educacionais para a realização de aulas e atividades pedagógicas presenciais e não presenciais no contexto da pandemia. Brasília: Ministério da Educação, 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=148391-pcp011-20&category_slug=julho-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 27 out. 2023.

BRITO, Jorge Maurício da Silva. A Singularidade Pedagógica do Ensino Híbrido. **EaD em Foco**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 01-10, 2020. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/948/537>. Acesso em: 15 fev. 2022.

CAMILLO, Cíntia Moralles. Blended Learning: uma proposta para o ensino híbrido. **Revista: EaD & Tecnologias Digitais na Educação**, Dourados, v. 5, n. 7, p. 64-74, 2017.

CAMPOS, Jonas; FERREIRA, Adriana Nunes. Neoliberalismo como racionalidade: uma análise das justificativas de duas medidas econômicas. *In: XXVI Encontro Nacional de Economia Política, 2021, Goiânia. Anais eletrônicos [...]*. Goiânia: SEP, 2021. v. 26. p. 1-21. Disponível em: https://enep.sep.org.br/uploads/1731_1615851542_Neoliberalismo_como_racionalidade_-_COM_ID_pdf_ide.pdf. Acesso em: 25 out. 2023.

CAPES. **Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/sobre/quem-somos.html>. Acesso em: 21 set. 2023.

D³e (Dados para um Debate Democrático na Educação). **Site**. Informações sobre a associação, materiais (relatórios, sínteses de evidências e notas técnicas) e colaboradores. Disponível em: <https://d3e.com.br/>. Acesso em: 09 set. 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo** - ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE LIMA, Ana Carolina Bezerra *et al.* Ensino híbrido na formação em saúde: uma revisão sistemática. **Revista Cuidarte**, Bucaramanga, v. 13, n. 1, p. 1-17, 2022.

FAVRETO, Elemer Kleber *et al.* O letramento digital como processo de ensino e aprendizagem em uma nova configuração social. **Ambiente**, Boa Vista, v. 15, p. 01-08, jan./abr. 2022.

FERNANDES, Carlos Jorge da Silva Correia; MERCADO, Luís Paulo Leopoldo. Identidade, diferença e personalização no ensino híbrido: reflexões em tempos de pandemia, mas para além dela. **ETD**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 113-132, 2022.

GERHARDT, Tatiana Engel *et al.* Unidade 4 – Estrutura do projeto de pesquisa. *In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009, p. 65-88.

GODINHO, Vivian Thais; GARCIA, Clarice Aparecida Alencar. Caminhos Híbridos da Educação – Delimitando possibilidades. *In: Simpósio Internacional de Educação a Distância, 2016, São Carlos (UFSCar). Anais eletrônicos [...]*. São Carlos: SIED, 2016, p. 1-11. Disponível em: <http://www.sied-enped2016.ead.ufscar.br/ojs/index.php/2016/article/view/1109/909>. Acesso em: 02 ago. 2022.

HORN, Michael B.; STAKER, Heather. **Blended**: usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação. Porto Alegre: Penso, 2015.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Padronização curricular, padronização da formação docente: desafios da formação pós-BNCC. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 46, p. 35-52, jul./set. 2021.

MORAIS, Agnes Priscila Martins de; SOUZA, Priscila Franciely. Formação docente continuada: ensino híbrido e sala de aula invertida como recurso metodológico para o aprimoramento do profissional de educação. **Revista Devir Educação**, Lavras, p. 10-32, ago. 2020.

MOREIRA, José Antônio; SCHLEMMER, Eliane. Por um novo conceito e paradigma de educação digital onlife. **Revista UFG**, Goiânia, v. 20, p. 1-35, 2020.

PASSOS, Elaine Cristina Barbosa; SOARES, Cláudia Vivien Carvalho de Oliveira. Sala de aula invertida e as tecnologias digitais no ensino de leitura em língua inglesa sob a ótica dos multiletramentos. **Fólio – Revista de Letras**, Vitória da Conquista, v. 11, n. 1, p. 821-843, jan./jun. 2019.

SILVA, Simone Gonçalves da. **Governamentalidade neoliberal, educação e modos de subjetivação: o discurso do ENEM**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

SILVA, Sumária Sousa; DOS SANTOS JUNIOR, Antônio Carlos Pereira. Google Sala de Aula como Ambiente Virtual de Aprendizagem no Ensino Superior Híbrido: Uma Revisão da Literatura. **EaD em Foco**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 1-13, 2019.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto; BUENO, André Luis Machado Bueno. Unidade 5 – Tecnologias de informação e comunicação. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009, p. 89-94.

SPINARDI, Janine Donato; BOTH, Ivo José. *Blended learning: O ensino híbrido e a avaliação da aprendizagem no ensino superior*. **B. Tec. Senac**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 1, p. 1-12, jan./abr. 2018.

TAMASHIRO, Camila Baleiro Okado. **Desenvolvimento de aulas práticas no ensino remoto e híbrido**. São Paulo: Expressa, 2020.

VETROMILLE-CASTRO, Rafael; KIELING, Helena dos Santos. Metodologias ativas e recursos digitais para o ensino de L2: uma revisão sobre caminhos e possibilidades. **Ilha do Desterro**, Florianópolis, v. 74, n. 3, p. 351-368, set./dez. 2021.

VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014.

WAGNER, Flávia; CUNHA, Maria Isabel. da. Oito assertivas de inovação pedagógica na educação superior. **Em Aberto**, Brasília, v. 32, n. 106, p. 27-41, 2019.

Recebido em 21 de setembro de 2023.

Aceito em 25 de outubro de 2023.